ADMINISTRAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Wilson Pizza Junior*

1. Introdução; 2. Administração e Economia; 3. Economia e Ecologia; 4. Administração e Ecologia; 5. Breve digressão sobre a vanguarda do atraso; 6. Conclusão.

Natura non facit saltus (A natureza não dá saltos).

As organizações formais são entidades mediadoras no processo de produção e consumo. O predomínio da economia de mercado propicia práticas predatórias e deculturativas. Limites bioenergéticos e termodinâmicos revelam que a preservação ambiental é fundamental para a sobrevivência do planeta. A obra de Guerreiro Ramos demonstra a interligação entre a delimitação do mercado e a Ecologia.

Palavras-chave:
Relação entre Economia, Administração e meio ambiente; esgotamento de fontes naturais não-renováveis; preservação e exploração da natureza; caráter deculturativo da sociedade centrada no mercado.

1. *Introdução*

Dois acontecimentos que, de perto, dizem respeito ao Brasil e aos brasileiros ocorrerão em 1992: a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, e os 10 anos da morte do Prof. Alberto Guerreiro Ramos, ocorrida em 6 de abril de 1982, na Califórnia. O presente artigo procura identificar ligações com o tema meio ambiente na obra do eminente cientista social, principalmente conforme desenvolvido em seu último livro publicado, *A nova ciência das organizações — uma reconceituação da riqueza das nações*. Busca, ainda, discutir a situação atual do País em comparação com o que vem ocorrendo nesses últimos 10 anos, à luz das proposições desenvolvidas por Guerreiro Ramos, com enfoque específico na questão ambiental. Por essa razão, procura-se centrar a exposição nas relações entre Administração, Economia e Ecologia, eis que a disciplina econômica — e a sua forma modernizante do mercado auto-regulado — insiste em subordinar e perverter todos os demais campos da vida individual e em grupo, aí incluídos rumos

* Bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getulio Vargas; secretário de administração-geral do Ministério da Ação Social. (Endereço: SQN 313 Bloco E — Apt° 506 — Asa Norte — 70766 — Brasília, DF.)

institucionais, políticas públicas, critérios de julgamento, conceitos, valores, padrões de conduta e de convivialidade. Na parte final do artigo é apresentada uma breve avaliação de resultados, comparativamente à proposta delimitativa de Guerreiro Ramos.

2. *Administração e Economia*

Etimologicamente, ambiente significa "o que está em torno".[1] Meio ambiente é tudo o que circunda. É, em última análise, a integração de tudo o que constitui o planeta e até, além disso, coisas, pessoas, seres de todo tipo. Natureza é a palavra normalmente usada para designar, de modo genérico, o que de forma restrita diz respeito a "ambiente". No que se refere aos conceitos utilizados pela teoria administrativa convencional, ambas as designações são equivocadas, e representam clara manifestação de distorção de conteúdo em função de objetivos utilitários; identificam-se como exemplo do que Guerreiro Ramos chama de "política cognitiva".[2] Nem o ambiente pode ser circunscrito a horizontes produtivos (o "mercado" ou a "clientela" de uma organização), nem a natureza diz respeito apenas a rios, mares, florestas, atmosfera, seres vivos (quase sempre sob ameaça de extinção). O que é natural é originário, e não está na origem do homem o cálculo utilitário como "natural", isto é, como razão de ser principal, ou única, da vida. A visão clássica da natureza sempre foi integrativa, no sentido de que todas as manifestações de vida, "pensamento, linguagem, ação e todas as formas de arte realizam-se nessa concepção do ser como estrutura natural, amadurecida, originária e orgânica".[3]

Administração e Economia andam de mãos dadas. De acordo com os esquemas formais vigentes na teoria administrativa convencional, o campo de ação da Administração é constituído pelas organizações (formais) e o da Economia, pelas relações de produção e consumo. Com a ênfase no mercado auto-regulado, os entes que concretizam a produção e viabilizam o consumo são denominados organizações, isto é, organismos artificiais deliberadamente criados para esse fim. O processo produtivo opera com a transformação de matéria-prima em produto acabado, e a gestão, a condução, a otimização desse processo é tarefa da Administração.

O problema reside exatamente naquilo que se define como "matéria-prima", ou *inputs* de produção. Sob esse enfoque seres humanos também o são, e passam a fazer parte da contabilidade interna de cada organização, além de assinarem um contrato de conformidade com regras, quando se transformam em detentores de emprego. Nada de mais, a não ser por um aspecto: a prevalência do fenômeno econômico nas relações sociais, individuais e de grupo acaba por fazer do *ethos* utilitário, reforçado por padrões organizacionais, sinônimo de condição existencial. Dizendo de outra forma: dentro das relações de produção e consumo, este último adquire prioridade

[1] Lat., prefixo *ambi* (de ambos os lados, ao redor de) + sufixo *entis* (ação, qualidade, estado).

[2] Política cognitiva "consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção". (Guerreiro Ramos, Alberto. *A nova ciência das organizações* — uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1981. p. 87.)

[3] Jaeger, Werner. *Paidéia, formação do homem grego*. São Paulo, Herder, s.d. p. 10.

em detrimento daquela. A natureza humana não é, a não ser de maneira incidental, predominantemente econômica.

A noção moderna de natureza está contaminada pelo conceito de ganho e de uso, e não poderia ser diferente, já que ela tem de ser coerente com o espírito da nossa época, fragmentado, utilitário, consumista. "O conceito de natureza, elaborado por eles (= os gregos) em primeira mão, tem indubitável origem na sua constituição espiritual. Muito antes de o espírito grego ter delineado essa idéia, já eles consideravam as coisas do mundo numa perspectiva tal que nenhuma delas lhes aparecia como parte isolada do resto, mas sempre como um todo ordenado em conexão viva, na e pela qual tudo ganhava posição e sentido."[4]

No entanto, nem sempre foi assim. Tales de Mileto caiu em um poço ao caminhar olhando para o céu e foi, por isso, observado por uma empregada: como preocupar-se com as coisas que estão no alto se não consegue enxergar o que está no chão? Tales previu que a colheita de azeitonas seria particularmente pródiga em uma determinada safra, por força de observações feitas com o clima e o tempo, alugou todos os moinhos (onde as azeitonas eram transformadas em óleo) e com isso ganhou muito dinheiro. O filósofo, se quiser, pode usar o conhecimento que detém em proveito próprio, mas não é para isso que a Filosofia se presta. De um estrangeiro que obteve excessivo lucro com atividades especulativas, em Atenas, sabe-se que foi convidado a deixar a cidade e não voltar, uma vez que o exemplo, se imitado, poderia causar sérios problemas aos padrões de convivialidade dos cidadãos.

A noção de uso, e de preço justo, isto é, os limites impostos à atividade econômica por um julgamento ético, é deixada de lado pelo imperativo de ganho ilimitado, que passa a ser, ele próprio, um bem a ser perseguido. Não é por outra razão que organizações complexas, permanentes, criadas com o objetivo de perpetuar-se, tenham surgido exatamente com a ascensão da economia de mercado como prevalecente no domínio das articulações sociais. Antes do advento do consumo como prioridade, organizações produtivas conviviam com outras formas de alocação de recursos e as pessoas as procuravam como eventuais locadoras de mão-de-obra, e não na qualidade de aspirantes a empregos permanentes.

A intimidade de propósitos entre a Administração e a Economia na sociedade centrada no mercado é de tal ordem que praticamente nada se faz sem que o imperativo de ganho esteja subjacente, e/ou que regras de conduta ditadas por organizações formais sejam presentes. Assim como a *polis* indicava a procedência e assinalava o universo dos seus membros, no mundo moderno de hoje as organizações formais parecem haver assumido esse papel. Tales de Mileto, Zenão de Eléia, Heráclito de Éfeso; e, em reuniões públicas ou não, ou como forma de simples identificação, Fulano, de tal empresa; Beltrano, de qual Ministério; Sicrano, dessa ou daquela transnacional. Qual a diferença? A *polis* era o local de convivialidade, onde as relações de vida, individuais e coletivas, se articulavam, e a identificação de um cidadão com a *polis* era sinônimo da sua posição no mundo. As organizações formais, no mundo moderno, como agentes de propagação do mercado, são, em verdade, as entidades que ditam regras de conduta aos seus participantes.

[4] Id. ibid. p. 10.

3. *Economia e Ecologia*

Economia provém do grego *oikos* (casa) + *nomos* (regra). Ecologia, de *oikos* + *logos* (tratado). Embora derivadas de uma mesma origem, o sentido atual dos dois termos é bastante diferente, isto é, a casa econômica transformou-se, de gestão de bens domésticos, em processo social de acumulação de riqueza; no sentido econômico originário, corresponde ao que Aristóteles denomina "riqueza natural". Riqueza não natural é aquela que propicia a acumulação ilimitada.

"Mas o ramo da arte de enriquecer restrito à economia doméstica tem um limite, na medida em que ganhar dinheiro não é a função da economia doméstica. Deste ponto de vista, portanto, parece necessário haver um limite a toda a riqueza, mas, na realidade, observamos que acontece o contrário, pois todas as pessoas empenhadas em enriquecer tentam aumentar o seu dinheiro ao infinito. A razão disto é a estreita afinidade existente entre os dois ramos da arte de enriquecer. Em ambos, o instrumento é o mesmo; eles usam os mesmos bens, embora não o façam da mesma forma — o fim de um é o incremento das posses, enquanto o do outro é diferente. Por isto, algumas pessoas supõem que a função da economia doméstica é aumentar as posses, e estão sempre sob a impressão de que seu dever é preservar-lhes o valor em dinheiro ou aumentá-las infinitamente. A causa deste estado de espírito é o fato de a intenção destas pessoas ser apenas viver, e não viver bem; da mesma forma que o desejo de viver é ilimitado, elas querem que os meios de satisfazê-lo também sejam ilimitados."[5]

Note-se que Aristóteles condiciona o "viver bem" à desambição de ganhos ilimitados, o que era possível na vida cívica da *polis*; nela, a compulsão de aumentar infinitamente a posse de bens é considerada uma deformação, eis que se transforma em um fim em si. Essas duas formas de economia sempre conviveram no âmbito dos sistemas sociais, mas a moderna disciplina econômica trata apenas de uma delas como se fosse a única, exatamente aquela que desqualifica a vida no seu aspecto substantivo. Por incrível que pareça, a preocupação com as disfunções ecológicas, causadas pela economia de mercado e suas manifestações deculturativas, acena com a restauração do sentido original do termo, bem como possibilita concretamente a revitalização de sistemas alocativos de recursos desvinculados do mercado auto-regulado.[6]

Em *A República* e *As leis*, Platão discorre exaustivamente sobre a importância da ginástica e da música na formação dos cidadãos, e não apenas de atividades

[5] Aristóteles. *Política*. Brasília, Universidade de Brasília, 1985. p. 27. A distinção entre bens principais e bens demonstrativos torna-se explícita em seguida: "Discutimos o ramo da arte de enriquecer que trata do supérfluo, definindo-o e explicando a razão de recorrermos a ele, e o ramo que trata do necessário, mostrando que este último, dedicado a assegurar a subsistência, é diferente do consagrado ao supérfluo e é por natureza parte da economia doméstica; ele não se assemelha ao ramo ilimitado, pois tem um limite." A transformação do supérfluo em necessário, por parte da moderna economia de mercado, é manifestação de política cognitiva.

[6] Vale a pena refletir sobre o seguinte texto: "As políticas dos governos tornam-se agora inoperantes, já que são cada vez mais obstruídas por dificuldades biofísicas de produção e de alocação de recursos, que a economia típica sistematicamente negligencia, ou alega levar em conta no contexto de sua estrutura como *variáveis exógenas*. Por exemplo, fenômenos como a inflação e o desemprego já não reagem às diretrizes convencionais dos governos, principalmente porque o cenário econômico

produtivas ou de defesa da *polis*. A ênfase moderna de compatibilização da exploração ambiental com preservação não só é uma contradição (pela opção exclusiva por atividades industriais, transformadoras de matéria-prima, e conseqüente abandono de práticas econômicas tradicionais, como extrativismo e outras formas de substâncias estranhas ao mercado auto-regulado), como significativa aceitação implícita do que efetivamente esse tipo de proposta encobre: a subordinação de toda a condição e natureza humana a imperativos de ganho. Definitivamente, natureza não é um negócio.

4. *Administração e Ecologia*

Práticas predatórias sempre acompanharam o modelo modernizante que tanto empolga governantes e lideranças no Brasil, e, igualmente, cientistas sociais. A chamada consciência ecológica prega hoje um tipo de desenvolvimento (econômico) refratário a tais práticas, de tal sorte que torne possível a preservação ambiental e o aumento da riqueza. Papel de relevância é tributado à Administração nessa tentativa que poderia ser entendida como idílica, da maneira como é formulada, e não será apenas fantasiosa como de irreversíveis e trágicas conseqüências, se não for adequadamente elaborada. A economia política, conforme postulada por Adam Smith, também é obra de uma fantasia bem acabada, e, no entanto, pôde deixar o mundo dos sonhos pessoais para transformar-se em realidade. Foi efetivada, contudo, e levada adiante, em um mundo onde os recursos pareciam infinitos e sem limites, o que hoje sabemos errado.

As organizações formais exigem dos seus integrantes um tipo de atitude ("comportamento") condizente com os seus objetivos produtivos. Não é possível alimentar processos de fabricação de bens e materiais — muitas vezes desnecessários — se as pessoas não introjetarem um tipo muito particular de julgamento moral e se não desenvolverem peculiar senso psicológico de lealdade. Ações poluentes de vários níveis sobre o meio ambiente, regras cerceadoras de conduta (e não só nos limites organizacionais internos), atrofia da capacidade de julgar empreendimentos nocivos ou prejudiciais por parte de servidores e colaboradores, muitas vezes com a utilização de técnicas persuasivas, através de adestramento funcional, são exemplos de como as organizações formais podem solapar o senso crítico dos seus participantes, induzindo-os a uma atitude cega que significa, em última análise, perda da capacidade de julgar por si mesmos.

É verdade que as organizações econômicas possuem o seu próprio *ethos*, de acordo com o qual assumem o papel de produtivas. Há, contudo, limites para a ação de cada uma, e, se não são erguidas barreiras morais para tanto, a natureza se

normativo que essas diretrizes pressupõem não combina com as circunstâncias concretas do mundo. Não é de admirar que os economistas tradicionais reajam a tal situação com espanto. Infelizmente, embora um modelo de formulação de diretrizes, sensível às limitações biofísicas de produção e de alocação de recursos, tenham recentemente atingido alto grau de coerência teórica e viabilidade prática, ainda é a economia convencional que constitui o ensinamento ministrado nas instituições acadêmicas e que fornece as principais diretrizes para a modelagem das sociedades ocidentais." (Guerreiro Ramos, Alberto. op. cit. p. 94.)

encarrega de fazê-lo. *Natura tamen usque recurrer*. Expulse a natureza à força e ela volta correndo. A "natureza" do verso de Horácio[7] tem o sentido original de índole inata de uma pessoa, e é também esse tipo de insatisfação que se pode constatar atualmente no relacionamento indivíduo-organização, do que as denúncias contra organizações poluentes são apenas um sintoma.

Vivemos o permanente risco de iminente colapso por motivos termodinâmicos. O planeta não pode suportar indefinidamente a perda energética sem limites, que vem sofrendo nos últimos 300 anos. A tarefa de circunscrever limites à produção é política, antes de mais nada, mas a de torná-la efetiva cabe à Administração, no sentido amplo, isto é, à gestão de recursos (finitos). Objetivos organizacionais poderiam assim ser revistos à luz de imperativos de sobrevivência, não de ganhos econômicos, e as pessoas que vendem seu tempo profissional como dententoras de emprego teriam oportunidade de alargar seus horizontes existenciais e sua visão de mundo para além dos muros intra-organizacionais.

É impressionante como a redução econométrica não se dá conta das próprias contradições da prevalência econômica. Não há investimento — admitindo-se que os recursos financeiros existissem — que possa garantir empregos à população que anualmente ingressa no chamado "mercado de trabalho"; se houvesse, a transformação do País em um imenso e total centro de produção perverteria de tal forma o ambiente que nem todo o dinheiro do mundo poderia recuperá-lo. E não se trata de ficção. Quanto custa um manguezal, ou um metro cúbico de ar, ou um litro de água pura? A resposta deixa clara a falácia da lei da oferta e da procura: não há preço, ou seja, tradução monetária para um bem que não tem preço porque não existe, e não existe porque foi destruído definitivamente, e não ha dinheiro que o reponha. A má gestão de recursos naturais pode fazer de todos nós depositários de fortunas financeiras que de nada servem porque não há o que comprar. Sob esse enfoque, objetivos organizacionais também devem ser questionados, e não sob a ótica da teoria administrativa convencional; não faz sentido direcionarmos todo um esforço produtivo para, por exemplo, produzir soja para exportação, ou álcool combustível para carros de passeio, enquanto legiões de pessoas morrem de fome, desnutrição, ou doenças endêmicas.

Um esclarecimento se faz pertinente, a esta altura. Não pretendemos conferir à Administração foros de privilégio sobre esta ou aquela disciplina. Administração é meio, é instrumento a serviço de boas causas ou de causas más. O que estabelece a diferença é uma soma de decisões que definimos como políticas, eis que envolvem toda a tessitura de um país (e até além dele), no seu nível de articulação interna e com o mundo, e no grau de convivialidade entre os seus cidadãos. Para tanto é necessário, antes de mais nada, admitir que a mudança tem de ocorrer, e envolve todo o sistema social, e não apenas o de gestão de negócios ou de interesses governamentais. Não vai longe o tempo em que um ministro de Estado clamava por mais poluição (do ar, das águas, do solo, e — implicitamente — das mentes das pessoas), se isso significasse mais dinheiro. Os sucessivos recordes de índices de

[7] Horácio. *Epístolas*. I, 10, 24. In: Rónai, Paulo. *Não perca o seu latim*. 5. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d. p. 115.

desenvolvimento experimentados na época do "milagre" provam que, como toda prática numerológica, o País pode ser rico e sua população continuar depauperada.

5. Breve digressão sobre a vanguarda do atraso

Quatrocentos e noventa e dois anos. Essa é a idade do Brasil hoje. Destes, 322 como colônia; desde a independência, 67 como monarquia e 103 como república, incluídos dois intervalos ditatoriais. Em termos reais, nosso País tem assento no conjunto das nações há 170 anos, período em que pôde definir rumos e escolher caminhos. É muito pouco tempo.

O fato de haver chegado tardiamente a um cenário mundial dominado por práticas e experiências peculiares e, por isso mesmo, estranhas à sua realidade, forçou o País a espelhar-se menos no seu passado — praticamente inexistente — e mais nas bem-sucedidas escolhas alheias, o que não só foi inteligente como inevitável; dizendo de outra forma: o País não teve escolha. Não há como compreender o estado de coisas existente hoje no Brasil se não se tem em conta esse fato, e um outro, de suma importância: o Brasil emerge como nação em um mundo marcado pela decadência.

Modernização e desenvolvimento têm como pano de fundo a chamada economia de mercado, ou, melhor ainda, a prevalência da sociedade-centrada-no-mercado. Historicamente, o advento do mercado auto-regulado encontra suas bases na obra de Adam Smith e no desvirtuamento do conceito de razão, que, a partir de Thomas Hobbes, adquire o significado único de cálculo utilitário de conseqüências. A partir daí, e da progressiva supremacia desse enfoque a ponto de transformá-lo em paradigma, nações tardias e sem experiência tal que permitisse terem construído caminho diverso, pelo menos em tese, não têm outra opção.

O acúmulo de bens materiais como finalidade de vida produz um tipo de ser humano bastante peculiar. Regras de conduta e de convivência, valores, crenças são reinventados para adequar-se ao padrão de sucesso, pessoal e social, identificado com a quantidade de riqueza. A própria noção de riqueza se restringe ao dinheiro ou bens materiais, aos quais se adicionam critérios de intangibilidade referentes a prestígio e *status*. O significado da afirmação "o homem moderno é o tolo enganado por uma fé mal colocada"[8] deve ser procurado no empobrecimento espiritual que o homem obtém ao mesmo tempo que aumenta a quantidade de objetos que possui, ou de dinheiro que consegue juntar. A perda da visão de mundo e do sentido transcendental da existência faz com que o cosmo se reduza ao centro pessoal de cada um, onde tal tipo de resposta não pode ser encontrado porque as aspirações são traduzidas apenas por possuir e consumir. De acordo com tal tipo de crença, a felicidade e a realização pessoal e social só podem ser encontradas no crescente e progressivo aumento de riqueza e acúmulo de bens. Ao olhar para dentro, o homem moderno não encontra nada a não ser sua abissal solidão; ao olhar para fora depara-se com todo tipo de estímulo destinado a mantê-lo como consumidor compulsivo, e isto é entendido como " vencer na vida". Não é por

[8] Guerreiro Ramos, Alberto. op. cit. p. 55.

outro motivo que a busca de todo tipo de vício — álcool, fumo, drogas, remédios, ideologias — faz parte do rol de problemas dos países onde mais espetacular é o progresso material.

Dinheiro e conforto fascinam. A promessa de um mundo feito de amenidades e abundância mostrou-se irreal; muitas questões cruciais foram resolvidas nessa tentativa, mas muitos problemas se agravaram e outros, inexistentes, emergiram com brutal violência (como a questão ambiental). Na constatação que ora é possível fazer, contudo, o homem sai perdendo, eis que ingressa em um mundo onde dele se espera que trabalhe, produza e consuma. Limitado a apenas uma das suas características, e originariamente ligado a aspectos menores da existência, isto é, a mera sobrevivência material para os banidos da sorte e o enriquecimento para os privilegiados, este é um tempo de decadência moral e, a julgar pelo progressivo esgotamento das fontes de energia não-renováveis, também de decadência material.

Não é nada agradável constatar que nosso País ingressou em um beco sem saída, iludido por aparências. Se foi enfiado nele, por condições históricas, é compreensível; o que não se compreende é a resistência em admitir esse fato e buscar saídas ao seu alcance. A realidade é fluida, mas para crentes e especialistas ela só se mostra de uma forma. São mais do que evidentes os indícios que demonstram o esgotamento de um ciclo, de uma experiência, de um tempo. O subjulgamento de todos os sistemas sociais à economia centrada no mercado produziu fantásticos resultados e incríveis mudanças no planeta, mas encontrou o seu limite, por questões termodinâmicas, ambientais, econômicas e (por que não?) morais. Nenhum país hoje pode construir seu caminho para a modernização e o desenvolvimento da mesma forma que as nações da Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Japão; o mundo é outro, outras as condições, outra a Economia.

Só os economistas e os governantes deste País parecem não querer ver o que está diante dos olhos. Não é preciso demasiado esforço de memória para lembrar os sistemáticos e rotineiros fracassos de todos os planos econômicos levados a efeito, por todos os profissionais dentre os mais festejados, de todas as escolas, movimentos, matizes, grupos e ideologias, nos últimos 20 anos. Assistimos, perplexos, a todo tipo de experimento econômico, sempre acompanhado do mais rebuscado palavrório e autoritarismo, expresso, nas palavras do Jornalista Carlos Castello Branco (ao referir-se ao plano econômico do novo Governo), na constatação de que depois de duas décadas de ditadura finalmente o País aprendeu a dar golpe de Estado.

O Brasil dispõe de todas as condições para se transformar em um país de vanguarda e cumprir o seu destino. Para tanto, precisa inicialmente admitir que o modelo modernizante e desenvolvimentista que tanto o fascina não é apenas um retrocesso, mas uma impossibilidade concreta, na medida em que tenta repetir experiências esgotadas. Insistir nessa tentativa é deixar passar talvez a mais real oportunidade de encontrar o seu próprio caminho, criando limites para a expansão do mercado e desenvolvendo um modelo que tem tudo para ser exemplar. Se não se der conta da gravidade da situação, da urgência das definições, do engodo das ingênuas propostas primeiro-mundistas, nosso País não terá como livrar-se do atraso.

6. *Conclusão*

O planeta está doente. A crescente preocupação com a Ecologia e com os danos causados ao ambiente, por um modelo predatório e deculturativo de desenvolvimento e modernização a qualquer preço, é manifestação recente mas significativa, principalmente pelo caráter universal de que se reveste. Não por acaso, organizações internacionais e associações de defesa do meio ambiente proliferam como isonomias e fenonomias.[9]

Basta examinar as folhas diárias para dar-se conta da crescente insatisfação com o predomínio do fator econômico. Decisões que afetam a vida de milhões de pessoas são tomadas levando-se em conta única e exclusivamente padrões econométricos, com toda a sua ingenuidade e sinistras conseqüências. Assim, por exemplo, poupanças populares são confiscadas, grandes contingentes de pessoas são atirados na marginalidade ou na indigência pela desativação de ramais ferroviários "antieconômicos", alimentos deixam de ser entregues pela falta de conservação de rodovias, para citar apenas as notícias mais constantes e corriqueiras, tudo isso justificado por uma eficiência que insiste em não se mostrar. É desalentador constatar que, a essa altura, os governantes ainda não se tenham dado conta da armadilha em que são capturados ao prometer melhores condições de vida, e ao atrelar os rumos do País à livre iniciativa, economia de mercado, modernização e desenvolvimento. Insistir em práticas que são diariamente desmentidas pela realidade é pura perda de tempo.

Pela primeira vez um economista ocupa a Presidência da República. Nunca a disciplina econômica desfrutou de maior prestígio nos meios oficiais, o que pode ser manifesto pela ausência de restrições às suas iniciativas e pela existência de praticamente um ministério, o da Economia (ao qual se subordinam as decisões de todos os demais), na formulação das políticas públicas. Por paradoxal que pareça, nunca as condições para estabelecer limites à desenfreada expansão econômica foram tão concretas, exatamente pela constância dos fracassos apresentados e da sistemática falta de respostas consistentes por parte da prevalência econômica, apesar de todas as promessas e da magnitude dos instrumentos à disposição do Governo.

Não há qualquer intenção de vilipendiar o trabalho desenvolvido por economistas. São eles os maiores prejudicados por uma formação desqualificada e impressionista, em grande parte decorrente do estágio de pauperismo do sistema de ensino vigente; beletristas, tecnocratas e homens de negócios são o paradigma do sucesso. A situação se afigura a tal ponto alarmante e acrítica que nem a reiterada oposição da realidade às intervenções econômicas convence os seus atores de que o equívoco reside não nela, realidade, mas nelas. O profissional de economia é definido jocosamente, por isso mesmo, como aquele que diz como vai ser e depois explica por que não foi, e o antídoto para esse tipo de descarrilamento pode revelar-se pior

[9] Isonomia pode ser definida como um contexto em que todos os membros são iguais. Fenonomia é um sistema social, de caráter esporádico mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais. Ambos, isonomias e fenonomias, são sistemas alocativos de recursos à margem do mercado. (Ver Guerreiro Ramos, A., op. cit. p. 150-2.)

ainda; mestrados e doutorados no exterior só fazem aumentar a confusão, ao tornar familiares contextos, experiência e práticas econômicas que pouco têm a ver com peculiaridades históricas e específicas, e que não mais podem ser reproduzidas do ponto de vista da doutrina econômica convencional. Chega a ser comovente o grau de ingenuidade que oculta, nos nossos dirigentes, a incapacidade de enxergar o óbvio; recentemente ouvi de um dos formuladores da política econômica (quando explicava por que não deu certo) que a razão do fracasso do combate à inflação decorrera de dois fatores concomitantes: o aumento da tarifa dos ônibus urbanos de São Paulo, e a invasão do Kuwait por tropas do Iraque. O homem comum, pagador de tributos e leitor de jornais, conhece o tema: a culpa já foi do chuchu, da seca, da enchente, dos serviços médicos, do vestuário, das mensalidades escolares, dos alimentos, da geada na Flórida, das explosões solares, da guerra fria, da queda do Muro de Berlim, como até poderia ser da conjunção astrológica de Marte e Plutão ou da ação de objetos voadores não-identificados. É claro que uma economia tão fragilizada ante interferências internas e externas, sempre inesperadas e quaisquer que seja, não pode arrogar-se a pretensão de seriedade ou, o que é mais grave, seus postulados básicos estão completamente equivocados.

As pessoas que habitam o planeta estão doentes. Após mais de 60 anos dedicados ao exame do inconsciente profundo, C. G. Jung constatou que Deus estava desaparecendo dos sonhos do homem moderno. A famosa afirmação de Nietzsche "Deus está morto" é normalmente citada sem o complemento (que prenuncia o vazio metafísico que se segue), "matou-o o seu amor pelos homens". Não nos cabe entrar em discussão sobre o significado de "Deus" e de suas implicações filosóficas, mas os tempos modernos, com sua riqueza material e correspondente indigência espiritual, são propícios à reflexão nesse sentido. A idéia de Deus está associada a um nível transcendental, simbolicamente ligando a vida humana a um plano que não restringe o indivíduo a si próprio ou ao mero aspecto biológico da existência. Valores externos, como o amor, a amizade, a compaixão, o afeto, a solidariedade, e tantos outros, são negligenciados ou reinterpretados à luz do cálculo utilitário. Centrando o mundo em si, e reduzindo a vida ao acúmulo de bens, o ser humano não só consegue apagar a idéia de Deus, como morre, simbolicamente, com ela. Conquistas expressivas, como a ampliação do consciente, sucessivas descobertas de milenares segredos da natureza, criação de possibilidades concretas de extinção da miséria e de doenças são permanentemente solapadas pela estreiteza espiritual, consubstanciada na perda de rumo do ordenamento pessoal, vivenciada pelo homem moderno.

Ao optar ingenuamente pelo domínio de uma disciplina, e a sua proposta moderna de consumo conspícuo, sobre todas as demais, perde-se a oportunidade de aproveitamento do que ela possui em termos substantivos. A Economia transforma-se em um fim em si, e assim também as organizações. Como disciplina responsável pela gestão de bens públicos e privados, a Administração torna-se dependente de postulados econômicos, e nada mais faz do que justificar, em nível de funcionamento das organizações formais, as propostas de riqueza, conceito que, a propósito, só com o advento da economia de mercado passou a significar quantidade de recursos financeiros. Dessa forma, práticas perversas perpetradas por organizações econômicas contra o ambiente, ou contra os seus próprios integrantes, são eticamente

justificadas sob a desculpa de que são elas, afinal, propiciadoras de emprego ou geradoras de riqueza, e toda uma prática e uma teoria organizacional é articulada de forma acrítica.

Como resolver esse impasse? A consciência ecológica e a constatação de estancamento de recursos naturais, além das evidentes agressões sistematizadas contra seres humanos — e não só os mais pobres —, demonstram claro esgotamento do modelo modernizante e desenvolvimentista que insiste em empolgar nossos dirigentes. As soluções são de incrível simplicidade, e talvez por isso mesmo não sejam levadas a sério. Trata-se inicialmente de admitir e assumir que é preciso estabelecer limites para a prevalência da economia de mercado[10] e sua irracional expansão sobre todas as atividades humanas, isto é, entender e dirigir suas ações através de uma regulação política. A partir daí, rever critérios e conceitos de tal sorte que todo o sistema de ensino seja modificado (as crianças são adestradas para transformarem-se em consumidores, não em cidadãos), e que os indicadores econômicos sofram alterações tais que incorporem uma nova visão qualitativa que permita assimilar todos os sistemas alocativos de produção, e não apenas os de mercado, notadamente quantitativos; reavaliar cargas valorativas, de sorte a reabilitar conceitos hoje subordinados a imperativos mercadológicos; rever relações jurídicas, de trabalho, e o próprio papel das organizações como supridoras de necessidades episódicas, e não só permanentes (e a conseqüente reavaliação do conceito de emprego permanente); admitir que é possível gerar riqueza e bem-estar sem necessariamente agredir e depredar o meio ambiente, nele incluídas opções individuais.

Não é uma tarefa simples, e resiste a fórmulas prévias ou hipercorretas. Mas é possível, e — mais que isso — imperativo. A esse propósito, vale a pena transcrever o trecho final do artigo O milagre e a sociedade, de Guerreiro Ramos, publicado no *Jornal do Brasil*, de 13 de maio de 1979: "Por falta de uma concepção qualificada do mercado, tanto a doutrina econômica convencional como a marxista são disfarçadas crenças religiosas antes que teorias científicas. Seus adeptos têm fé em símbolos deísticos como 'desenvolvimento', ou em abstrações como a 'mão invisível' do mercado e as 'leis da história'. É difícil persuadir a crentes fervorosos com argumentos e fatos. Por isso é de esperar-se que a formulação do novo modelo de alocação de recursos em consonância com os resultados da pesquisa contemporânea de vanguarda se torne, em nosso país, um empreendimento de homens e mulheres sensíveis à falácia de posições doutrinárias. Este entendimento decerto encontrará grandes obstáculos pela frente, o maior dos quais é a mentalidade modernizante e linearista da minoria privilegiada de nossa sociedade, bem como dos economistas e tecnocratas, liberais e marxistas, dentro e fora do Governo. O debate do modelo alternativo requer de seus participantes a capacidade de pensar alternativamente.

[10] Outro não é o sentido do comentário do Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, ao afirmar que o econômico precisa ajustar-se à ordem jurídica (e a todas as outras, deve-se acrescentar), a propósito de queixas de representantes do Ministério da Economia quanto à inviabilização de medidas econômicas (tomadas ao arrepio da lei), em virtude de decisão dos tribunais superiores.

Mas tal capacidade é um recurso escasso no Brasil de hoje."[11] Quase 13 anos decorridos, pouca coisa mudou.

Mas o País está vivo. É impressionante e ao mesmo tempo desolador, pela inoperância das ações de governo, constatar o quanto se resiste ao fracasso, e tal constatação atinge até mesmo os setores oficiais. O Brasil está repleto de experiências que demonstram à sociedade como é possível funcionar à margem do mercado; planejadores e formuladores de decisões governamentais ingenuamente tentam atrair para os domínios do mercado práticas que nada têm a ver com o modelo econômico oficial, mas que, ao contrário, denunciam apenas o seu esgotamento. Isonomias e fenonomias proliferam no País, assim como focos de resistência aos resultados deformativos e deculturativos do consumo de per si. O próprio Governo não é insensível a tais evidências, embora, lamentavelmente, não disponha dos instrumentos conceituais adequados para a sua correta formulação. Hão de lembrar os usuários de programas de televisão de propaganda veiculada em nível nacional de dona-de-casa que se recusa a adquirir espremedor elétrico de frutas, por conta do alto preço, e opta por um outro manual, ou de jovens criticando a compra de peças do vestuário pela simples exibição de *griffes*. Tais práticas são exemplos de delimitação do mercado. E não devem preocupar-se os economistas convencionais com a possível perda de importância do mercado: é nele que as pessoas vêm buscar os bens necessários para o seu suprimento, como sempre aconteceu, sempre que necessário, mesmo que encontrem sua sobrevivência em outros sistemas alocativos de recursos.

Não podemos imaginar nosso planeta sem a existência do homem. Dele não saberíamos, se fosse assim, e tudo o que o compõe, todos os outros seres que o habitam seriam desconhecidos para a nossa (inexistente) consciência. Seres humanos são, essencialmente, sujeitos do meio ambiente. A redescoberta dessa estreita relação talvez seja responsável por uma revolução que permita ao homem entender-se como parte integrante da natureza, e rever assim todos os artifícios conceituais que criou para ignorá-la ou dela assenhorear-se.

A homenagem, prestada ao Prof. Guerreiro Ramos, faz com que o presente artigo seja encerrado com mais uma citação dos seus escritos, representativa das preocupações que sempre exibiu: a falácia conceitual das ciências sociais, a avaliação crítica das condições objetivas do País, a valorização de aspectos substantivos do fenômeno da vida. E, de forma apropriada com o propósito inicialmente apresentado, a questão ecológica, no seu sentido mais amplo. "Por exemplo, a economia política sempre falhou em perceber a finitude de recursos de baixa entropia (não-renováveis). A natureza sempre entrou no raciocínio do economista convencional como generoso seio materno, verdadeira fonte inesgotável de recursos. Quando muito lembra Georgescu-Roegen, os economistas conceberam a natureza como terra ricardina, isto é, mero espaço, um fator cuja utilização no processo de produção e

[11] Publicado, juntamente com os artigos Limites da modernização. *Jornal do Brasil*, 20 maio 1979; Modernização e declínio econômico do Brasil. *Jornal do Brasil*, 17 jun. 1979; e Um modelo corretivo do impasse econômico brasileiro. *Jornal do Brasil*, 8 jul. 1979, pela Universidade Federal de Santa Catarina. In: Guerreiro Ramos, Alberto. O modelo econômico brasileiro: uma apreciação à luz da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. *Cadernos do Curso de Pós-Graduação em Administração*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980.

trocas mercantis poderia ser regulada pela lei da oferta e da procura. O que a síndrome de recursos finitos revela de novo é que a escassez dos mesmos é absoluta, por força da lei da entropia. Qualquer quantidade de tais recursos, uma vez usada, desaparece para sempre. O valor deles não pode ser expresso através do mecanismo de preços, ou regulado pela lei da oferta e da procura. O uso dos recursos finitos é um tópico de decisões políticas, por excelência. Não se deve esquecer que economia política é uma expressão tecnicamente errada, e mistificante, do ponto de vista da tradição clássica."[12]

A *oikos* pode desmoronar a qualquer momento. Ainda há tempo de salvá-la.

Summary

ADMINISTRATION AND ENVIRONMENT

Movements for preservation of the nature are showing the predatory character of our current economic model, which is a threat to the thermodynamic balance of the planet. The market-centered society turns human being into compulsive consumers, depriving them of their capacity for ethical judgement, in its substantive sense. Respect for and conservation of the environment are inconsistent with practices which consider nature merely as an input for production.

[12] Guerreiro Ramos, A. Um modelo corretivo do impasse econômico brasileiro. op. cit.